

EDUCAÇÃO SEXUAL NA ADOLESCÊNCIA: UMA REVISÃO DE ESCOPO ACERCA DOS CONHECIMENTOS DA PSICOLOGIA

Eixo Temático 12 – Educação em Sexualidade e Desenvolvimento

Humano: Pesquisas, Teorias e Práticas

Jeniffer Vidal Martins ¹
Renata Pimentel da Silva ²

RESUMO

A puberdade, que leva ao amadurecimento sexual, e as vivências sociais possibilita ao adolescente vivenciar experiências diferentes das vividas na infância, e é neste momento que se torna desafiador para os pais e o sistema escolar educar sobre sexualidade e lidar com a diversidade sexual. Neste sentido, a presente pesquisa consiste em uma revisão de escopo afim de compreender quais os conhecimentos científicos da ciência psicológica acerca da educação sexual na adolescência. Os resultados da presente pesquisa evidenciam que existe uma forte implicação sociocultural no adquirir de conhecimento de adolescentes sobre sexualidade e que o sistema educacional e os pais são, na maioria das vezes, despreparados para educar sobre sexualidade e acolher a diversidade sexual, além de identificar que o direito e a educação devem ‘andar juntas’.

Palavras-chave: Direitos Sexuais; Diversidade Sexual, Violência Sexual.

INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase do desenvolvimento humano que envolve modificações biológicas e psicossociais decorrentes da puberdade (ANDRADE et. al., 2021, apud SILVA et al., 2015), no entanto, não iniciando ao mesmo tempo que a adolescência.

Essa etapa possibilita ao sujeito vivenciar experiências diferentes das vividas na infância, como é o caso do início dos relacionamentos amorosos e/ ou sexual e o descobrimento da sexualidade, e é neste momento que se torna desafiador para os pais e o sistema escolar educar sobre sexualidade e lidar com a diversidade sexual. A

¹ Graduanda do Curso de Psicologia da Uninassau - PB, psicojeniffervidal@email.com;

² Doutora em Psicologia Social pela a Universidade Federal da Paraíba - PB, renatapimentelll@email.com;

sexualidade também é “um fenômeno biológico, psicológico e social que influencia o seu modo de estar, compreender e viver o mundo como ser sexuado” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015, p.8).

Sabendo-se que apesar da puberdade levar ao amadurecimento sexual do corpo, o sujeito adolescente ainda está em processo de maturação cerebral e cognitiva, e quando se trata de vivência sexual na adolescência existe uma forte preocupação associada a Infecção Sexualmente Transmissível (IST) e gravidez precoce, entretanto, esta é apenas a ponta do iceberg, considerando que a vivência sexual e afetiva nos deixa vulnerável a diversos contextos, como violência emocional e física (FURLANETTO et al., 2019).

Nesse sentido, é de fundamental importância ser trabalhado de modo preventivo e educativo o processo da sexualidade e o que lhe permeia durante a adolescência. Visto que ela não só permanecia a perspectiva de prevenção de infecções e gravidez, mas também de abuso sexual e autoconhecimento corporal. Entende-se como psicoeducação sexual o modo de ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana (FIGUEIRÓ, 2010 apud FURLANETTO et al., 2019) e ao que lhe diz respeito.

Nessa perspectiva, o presente estudo tem como objetivo compreender, por meio de uma revisão de escopo, os benefícios psicossociais da educação sexual na adolescência, além de verificar as barreiras sociais vivenciadas por adolescentes e que prejudicam no conhecimento da sexualidade.

Diante disso, foi considerado na coleta de dados do presente estudo achados científicos que abordassem diversos contextos que pudessem influenciar o conhecimento e vivência sexual de adolescentes. Levando em consideração tal contexto, a presente pesquisa visa compreender quais os conhecimentos científicos da ciência psicológica acerca da educação sexual na adolescência. Pois, compreende-se que existe um tabu acerca do tema e que pode levar a obstáculos para obter conhecimento sobre sexualidade.

METODOLOGIA

Para a realização do presente trabalho científico realizou-se uma revisão de escopo com a finalidade de mapear, sintetizar e disseminar os principais dados e conceitos trabalhados de uma determinada área, além de identificar lacunas existentes e que se vinculam ao tema (GALON & MARZIALE, 2016), que neste caso é a psicoeducação sexual na adolescência.

Para a coleta de dados, foi realizada uma revisão de escopo com recorte temático na base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) do Ministério da Saúde no mês de abril de 2022, com apenas um descritor: educação sexual. Foram encontrados 72 artigos e teses, no entanto, tendo em vista o recorte temático acerca da psicologia foi possível encontrar 37 artigos. A seleção dos artigos foi realizada com base nos critérios de inclusão, exclusão e recorte temático como apresentado na tabela 1. Posteriormente, foi feita uma filtragem e removidos artigos repetidos, revisões e aqueles que não se encaixavam na proposta do trabalho presente, como trabalhos de validação de tecnologia educacional, projetos de intervenções e relato de experiência, com isto foram excluídos 21 artigos. Ao final, um total de 16 artigos foram incluídos na análise.

<p>CRITÉRIOS DE INCLUSÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Os artigos pesquisados devem ter sido publicados nos últimos 5 anos; – A pesquisa deve estar em português; – Pesquisa que investigue quais os benefícios psicossociais da educação sexual na adolescência e os obstáculos socioculturais que podem afetar a vida sexual de adolescentes; – Artigos científicos presentes na base de dados da BVS – Pesquisa que obtenha resultados apenas nacionais.
<p>CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Pesquisa que abarque a fase desenvolvimental da infância; – Pesquisa em outros idiomas; – Publicações do tipo editoriais, conferências, pôsteres, resumos, cartas e comentários.

Tabela 1: critérios de inclusão e exclusão de estudos selecionados.

Para a análise de dados, foi realizado um levantamento de dados dos artigos selecionados. Para tanto, foi utilizado uma planilha do Google Sheets e através da mesma foi retirado dados importantes dos artigos selecionados, sendo eles: ano de publicação, revista publicada, palavras-chaves, tipo de estudo e procedimento do mesmo, quantidade e idade dos participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente se enquadram aos critérios de inclusão 16 artigos. Entretanto, mediante uma leitura e análise mais detalhada dos artigos, foram removidos três artigos devido uma delas não ser uma pesquisa completamente de nível nacional, pois foi realizada em uma escola rural no Brasil e em uma na Colômbia, e as demais não se encaixaram com a discussão da temática principal, pois discutiam a mesma de forma superficial, restando-se 13 artigos.

Ao realizar uma análise dos dados básicos dos estudos selecionados, foi possível identificar uma prevalência de pesquisas publicadas nos anos de 2020 e 2017 com, respectivamente, 4 e 3 artigos científicos. Já nos anos de 2018, 2019 e 2021, aos quais foram anos restantes, foram publicados 2 estudos em cada um.

Em relação aos tipos de estudos e procedimentos, identificou-se 7 estudos de abordagem qualitativa e 3 de abordagem quantitativa e quanti-quali cada. E quanto aos objetivos, se destacou a pesquisa descritiva com 10 artigos, a exploratória com 2 artigos e explicativa apenas uma pesquisa. Além disso, houve 4 estudos com o intuito de levantamento, e apenas uma de procedimento de estudo de caso e pesquisa participante.

Com a coleta dos dados básicos dos estudos foi possível identificar pouca utilização de instrumentos. Tais estudos se beneficiaram da técnica de grupo focal (n=4) e do genograma (n=1). Posto isso, entende-se que grupos focais se torna relevante ao se fazer pesquisa com adolescentes, e ainda mais sobre tal temática que é permeada por tabus e mitos, pois a técnica

“permite a coleta de dados por meio das interações entre os indivíduos. Esse recurso é valioso para se entender o processo de construção de percepções,

atitudes e representações sociais dos grupos humanos e o contexto de relação onde são produzidas” (COSTA et al., 2018).

Através da análise e leitura dos resultados, foram encontrados 4 temas que emergiram e foram organizados em categorias para o desenvolvimento das seguintes discussões: entendimentos, experiências e direitos sexuais de adolescentes; diversidade sexual ao olhar do adolescente, da escola e da família; e a violência sexual e sua conexão com a educação sexual.

ENTENDIMENTOS, EXPERIÊNCIAS E DIREITOS SEXUAIS DE ADOLESCENTES

Com base na análise dos resultados, estudos evidenciam que adolescentes iniciam a vida sexual em média entre 14 e 16 anos de idade (ANDRADE et al., 2021; RIZZON et al., 2020; COSTA et al., 2020; PAIVA et al., 2020). No entanto, há relatos de que garotos têm sua primeira relação sexual aos 12, 10 e até aos 9 anos de idade (ANDRADE et al., 2021; PAIVA et al., 2020). Isto se torna preocupante, pois apesar da vivência sexual poder iniciar ainda na infância (LIMA et al., 2010 apud ANDRADE et al., 2021), um sujeito com 9 anos ainda não possui desenvolvimento biopsicossocial necessário para o início da vida sexual, além de poder ser classificado como comportamento de risco (GONÇALVES et al., 2015 apud ANDRADE et al., 2021).

Para os adolescentes, o que realmente importa para iniciar a vida sexual é quando se sentem seguros para o ato e prazer sexual, o que pode ser subjetivo de pessoa para pessoa, sexo e grupo de pertença (COSTA et al., 2020). Apesar disso, nota-se uma diferença de visão entre moças e rapazes de como a relação sexual poderia acontecer: estando associada à base de confiança, ao tempo de relacionamento e aos sentimentos envolvidos para as moças, e para os rapazes basta apenas surgir a oportunidade (COSTA et al., 2020; LINS et al., 2017).

Isto pode refletir em meninos e meninas de forma diferente, meninas costumam ter “um excessivo cuidado com o que e com quem se falava sobre seu comportamento” e meninos costumam cumprir as expectativas que os outros lhe põe de “uma conduta viril e se relacionar com muitas meninas” (FURLANETTO et al., 2019).

Estudos relatam que adolescentes costumam, em sua maioria, ter apenas um parceiro sexual, já os demais adolescentes declararam ter tido quatro ou mais parceiros ao longo da adolescência (RIZZON et al., 2020; LINS et al., 2017).

Quanto ao local onde foi realizada a primeira relação sexual, estudo mostra que a casa do adolescente como destaque (LINS et al., 2017). No entanto, houve adolescente, mais especificamente do sexo masculino, que mencionou ter ocorrido no carro, em lugar de prostituição e espaço público (LINS et al., 2017). Além disso, pesquisa declara que, quase que unânime, meninos e meninas já utilizaram drogas ou álcool durante a relação sexual (RIZZON et al., 2020).

Iniciar essa experiência sem um valor ou com pressa pode ser explicado pelo fato de que “em muitas comunidade é comum e estimulado o sexo precocemente. Quem não começa cedo é malvisto e/ou excluído do grupo social” (COSTA et al., 2020). Perante esses estudos, os adolescentes reconhecem existir influência que exercem essa decisão, seja a pressão social, do grupo de pertença, da cultura ou até mesmo das crenças religiosas (COSTA et al., 2020).

Em relação ao uso de preservativo na primeira relação sexual, estudos apontam que adolescentes costumam usar (RIZZON et al., 2020; PAIVA et al., 2020; LINS et al., 2017). Entretanto, os dados caem quando se refere ao uso na última relação sexual (RIZZON et al., 2020), o que corrobora com outro estudo em que faz menção quanto ao uso do preservativo em todas as relações sexuais, apontando que uma grande proporção dos adolescentes e jovens não o usam (ANDRADE et al., 2021).

No que se refere ao conhecimento dos métodos contraceptivos, estudos evidenciam que o preservativo masculino e a pílula anticoncepcional são os mais conhecidos e citados por adolescentes (ANDRADE et al., 2021). Porém, ainda existe uma minoria que relata ainda não conhecer os métodos existentes (ANDRADE et al., 2021).

Já em relação aos mais utilizados, estudo evidencia que é o preservativo masculino, seguido pelo feminino, anticoncepcional oral e pela pílula do dia seguinte (ANDRADE et al., 2021). A camisinha como principal referencia pode ser explicado pelo fato de a mesma ser “o método contraceptivo mais divulgado pelos serviços públicos de saúde” (BARBOSA et al., 2019).

Estudo aponta que as mulheres, mesmo que ainda na adolescência, tendem a ser responsabilizadas pelo uso de preservativo, pela exposição pública e comentários depreciativos que recebem, enquanto os meninos, por não se envolverem sentimentalmente nas relações (FURLANETTO et al., 2019). Isso pode ser justificado pela relação da cultura machista que coloca a mulher, na maioria das vezes, como réu quando na verdade é vítima, e que afasta o homem das relações afetivas, o faz sentir dificuldade de expressar emoções e afetividade com outros homens.

Já sobre infecções sexualmente transmissíveis pesquisas apontam que adolescentes têm conhecimento sobre as formas de contágio e a necessidade do uso do preservativo como meio de proteção, pois mencionam sexo sem preservativo, contato com a roupa íntima e o contato com feridas como a principal via de transmissão das IST's (ANDRADE et al., 2021), além do sexo anal, da transfusão sanguínea, do sexo oral e do beijo (RIZZON et al., 2020).

Em relação ao que fazer para se prevenir de uma IST, a maioria dos adolescentes declararam a utilização do preservativo (BARBOSA et al., 2019; RIZZON et al., 2020), e os demais apresentam crenças errôneas pois mencionaram tomar banho após a relação e usar anticoncepcional como meios de evitar IST (RIZZON et al., 2020), indicando que pouco sabem sobre prevenção. Na pesquisa de Barbosa e outros autores (2019), houve destaque em relação conhecer o parceiro como método de prevenção. Ao serem questionados sobre quais as manifestações clínicas das IST's os adolescentes mencionaram a dor na região genital, coceira, presença de feridas, de verrugas e corrimento (RIZZON et al., 2020).

Embora para estes estudos tenham apontado que os adolescentes têm conhecimento sobre as manifestações clínicas e os modos de prevenção, no estudo de Barbosa e outros autores (2019) é possível notar que “há uma limitação no conhecimento dos tipos de IST, sendo a AIDS a única mencionada”. Para os autores, “isto demonstra eficácia em relação às campanhas sobre HIV/AIDS, porém escassa sobre HPV e demais doenças”. Entretanto, segundo estudos ter acesso à informação não é o suficiente para incentivar a adoção de atitudes preventivas e mudar comportamentos (CAMPOS et al., 2018; ANDRADE et al., 2021).

Além disso, de acordo com a percepção de adolescentes, as maiores mudanças que ocorrem na vida das adolescentes diante de uma gravidez são as dificuldades financeiras e emocionais, a evasão escolar, a dificuldade de emprego e a perda da liberdade social (ANDRADE et al., 2021). Para que a gravidez possa ser evitada, estudo demonstra que a camisinha é o principal meio escolhido como método de prevenção (BARBOSA et al., 2019).

Quanto a busca de informações sobre temas relacionados ao sexo, pesquisas evidenciam que adolescentes costumam obter através de diálogo com os pais, e em segundo plano através da internet, com amigos e na escola (ANDRADE et al., 2021; FURLANETTO et al., 2019). E se sentem mais confortáveis com os pais, porém, para os adolescentes, as informações recebidas da família são avaliadas como ruins, pois não os auxiliavam com suas principais dúvidas (FURLANETTO et al., 2019). E ainda há aqueles que “declararam que não gostariam de falar sobre o assunto com algum familiar, o que aponta para dificuldades em estabelecer esse diálogo” (FURLANETTO et al., 2019).

Embora exista uma boa relação e comunicação entre pais-filhos, existir um ensino sobre sexualidade é difícil para ambas as partes (FURLANETTO et al., 2019). Essa barreira comunicacional pode ser explicada pela intergeracionalidade, ou seja, devido a educação não recebida de uma geração anterior, não sendo retribuída para a próxima (FURLANETTO et al., 2019), por causa de “um passado marcado por silenciamento e tabus em relação à sexualidade junto a suas famílias durante a infância e adolescência” (SAVEGNAGO & ARPINI, 2018).

No que se refere ao uso da internet como meio para educação sexual, a qual foi mencionado como fonte de informação, pode existir uma facilidade devido ao fácil acesso à internet e a obter através de perfis de profissionais da saúde e sexólogos. Mas, há divergências de qualidade de informação e críticas direcionadas a determinadas fontes, visto que “o acesso à internet sem supervisão dos responsáveis pode permitir que o adolescente acesse conteúdos com informações distorcidas sobre sexo e sexualidade” (SELOILWE et al., 2015 apud FURLANETTO et al., 2019). Exemplo disso é o uso da pornografia, pois além de poder ser prejudicial para o desenvolvimento sexual, cognitivo e emocional, configura-se como um dos espaços de reprodução e perpetuação de desigualdade de gênero, de diferentes maneiras. Visto que apresenta cenas de

agressão física e verbal contra mulheres, objetificação corporal, figuração da mulher na posição de obediência, o prazer sexual centrado somente no homem, mulheres usando fantasias infantilizadas, em posições de obediência e servidão (BISPO, 2017).

No que diz respeito a direitos sexuais, adolescentes afirmam nunca terem “ouvido falar sobre direitos sexuais, não souberam informar quais são e nem expressar uma definição” (CAMPOS et al., 2018). O que evidencia essa relação é o fato de muitos adolescentes vivenciarem e relatarem através de estudos a pornografia de vingança e não sabiam que tem direitos diante disso, visto que a “a pornografia de vingança é espécie do gênero exposição pornográfica não consentida” (SYDOW & CASTRO, 2017 apud ROCHA et al., 2019). Exemplificando essa relação Furlanetto e outros autores (2019) apontam que houve exposição íntima de alunos pelas mídias sociais e em uma delas culminou na saída de uma adolescente da escola, conforme relatado por um dos adolescentes do estudo

Para o estudo de Campos e outros autores (2018)

“apesar de nunca terem ouvido falar em direitos sexuais, [...] as suas percepções sobre direitos sexuais, ressaltam o direito de ter relação sexual sem coerção e violência, direito de decidir sobre o próprio corpo, o direito à liberdade para ter relação sexual com quem quiserem, podendo ser com pessoa do mesmo sexo ou sexo oposto, direito de igualdade entre homens e mulheres”.

DIVERSIDADE SEXUAL AO OLHAR DO ADOLESCENTE, DA ESCOLA E DA FAMÍLIA

Considerando que houve maiores resultados relacionado ao meio escolar, considerou-se relevante constatar em dados os locais aos quais foram realizadas as investigações de todos os estudos que entraram para a revisão, conforme a figura 1, afim de saber a que ambiente os pesquisadores associam a educação sexual.

LOCAIS REALIZADOS AS INVESTIGAÇÕES DOS ESTUDOS

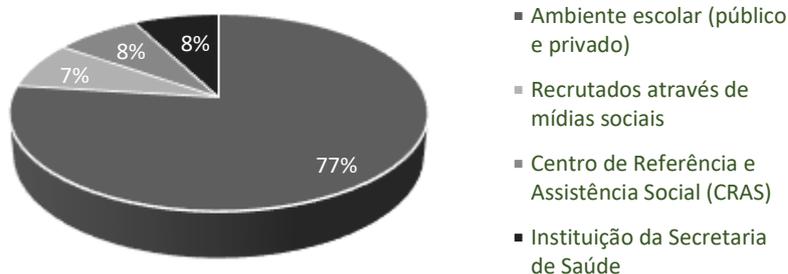


Figura 1: gráfico dos locais que em foram realizados os estudos que entraram para a revisão.

Como mostra o gráfico, 77% dos estudos que entraram para a revisão foram realizados em ambiente escolar, tal dado pode ser justificado pela percepção de que pesquisadores associam a escola como espaço fundamental para a educação sexual e lugar de possibilidade de experiências com a diversidade sexual (ANDRADE et al., 2021; BONFIM & MESQUITA, 2020). Sendo assim, constata-se que defender a ideia de uma escola sem educação sexual e sem acolhimento de pessoas que compõem a comunidade LGBTQIA+ “é se posicionar a favor da manutenção deste sistema que gera exclusões, violência e mais riscos à saúde” (FURLANETTO et al., 2019).

É importante questionar-se sobre a vivência de pessoas LGBTQIA+ na escola. Frente a essa perspectiva, pesquisa aponta que estudantes do sexo feminino tem o hábito de aceitar diferentes tipos de comportamento sexual não heteronormativo do que os rapazes, e ainda se mostram mais participativas e empolgadas ao falar sobre o tema, já rapazes foram sucintos na fala, demonstrando ter receio de conversar sobre o “assunto e, por isso, serem considerados homossexuais” (MATTA et al., 2021).

Além do mais, muitos estudantes relatam através de estudos sentir desconforto ao ver casais gays se abraçando ou se beijando em público, reproduzindo um pensamento retrógrado de que cada um pode fazer o que quiser, mas somente na intimidade (MATTA et al., 2021). Ainda há quem aponte se incomodar com tais demonstrações de afeto por parte de casais heterossexuais oferecendo a mesma

justificativa, entretanto, esse discurso serve de “justificativa da rejeição de demonstração de afeto em público de homossexuais, talvez para não se mostrarem preconceituosos” (MATTA et al., 2021).

O que reforça tal constatação é o fato de os estudantes rapazes tolerarem “apenas aqueles que agem de acordo com o padrão tradicional de masculinidade” e contanto que ‘não os façam mal’ - “esse mesmo tipo de discurso não ocorreu em relação a heterossexuais”, levando à exclusão daqueles que desviam de tal conduta, também acreditam que “podem influenciar as crianças a se tornarem homossexuais” (MATTA et al., 2021), infelizmente, reproduzindo mais um pensamento retrógrado e errôneo.

Ao olharmos para a realidade de achismos advindas do senso comum, sabe-se que a maior parte dos sujeitos que obtêm estas opiniões também carregaram a concepção de exclusão daquele que faz parte da comunidade LGBTQIA+ se o mesmo não “se comporta de acordo com o esperado para o sexo que pertence”, portanto, “a discriminação ainda existe” mesmo na geração atual (MATTA et al., 2021). Contudo, alguns adolescentes reconhecem que “a troca de carícias em público entre pessoas do mesmo sexo é uma atitude corajosa, pois se expondo estão mostrando o que eles são de verdade, sem se oprimir por causa dos outros” (MATTA et al., 2021).

Observa-se também a reprodução do pensamento sexista de que a demonstração de afeto em público por parte de casais de mulheres pode ser algo excitante, como um fetiche (MATTA et al., 2021), e que por este motivo casais de mulheres acabam sendo muito mais acolhidos do que de homens. Diante disso, percebe-se que quando há “atitudes explicitamente preconceituosas [...] são mais frequentes em relação ao homossexual masculino” (MATTA et al., 2021).

Notou-se que frases típicas de preconceito na sociedade atual muitas vezes passam por “manutenção”, ou seja, são substituídas por outras, mas não deixa de ser sinônimo do mesmo preconceito. Exemplo disso é a afirmação que alguns jovens fizeram na pesquisa de Matta e outros autores (2021) de que

“muitas mulheres buscam se relacionar com outras mulheres por terem sofrido violência de homens com quem se relacionaram. Esta afirmação segue o mesmo sentido daquela em que “mulher que vira lésbica é porque não conheceu homem de verdade”, admitida por 31% da população do estudo de Leonel 25 (p. 91)”.

Tais concepções se justificam fortemente por serem

“socialmente disseminadas e a fetichização das lésbicas exemplificam a intrínseca ligação entre machismo e lesbofobia [e misoginia], em que a mulher deve subjugar sua sexualidade à masculina e o desejo por outra mulher se daria apenas na impossibilidade de se relacionar com um homem” (MATTA et al., 2021).

Interessantemente, uma das pesquisas que entrou para a revisão trouxe à tona um questionamento muito pertinente: “por mais que as pessoas não queiram falar sobre gênero e sexualidade na escola, elas estão fazendo isso a todo momento”, pois, como exemplificado no estudo, as mulheres costumam ser as responsáveis por cuidar, e o que evidencia isso é o fato de nos primeiros anos de ensino, ou seja, na educação infantil existe uma escassez de homens atuantes como professores, o que se coloca a entender que a educação é padronizada e heterossexual (BONFIM & MESQUITA, 2020).

Infelizmente, isto acaba por apresentar ao olhar da sociedade uma questionável capacidade por parte de homens em realizar esse tipo de trabalho, além de levantar “olhares suspeitos acerca de sua sexualidade e suas práticas de cuidado” (BONFIM & MESQUITA, 2020).

Deste modo, é necessário nos questionamos ao qual meio educacional estamos inseridos e aceitando, e refletir se de fato esse é aquele que idealizamos como positivo, inovador e enriquecedor. Dado esse que se evidencia ainda mais ao observarmos as orientações sexuais dos educadores, assim, é possível dizer que há professores trans, gays, lésbicas ou de outra orientação sexual ou gênero inseridos nas escolas? As escolas estão prontas para os acolher como profissionais educadores?

Mediante tais questionamentos, com estudo de Bonfim e Mesquita (2020) entende-se que estes sujeitos de minoria sexual não são bem acolhidos pela educação, pois são apontados como diferente negativamente. E quando se tem profissionais de minoria sexual na escola são silenciados por meio uma prática de vigilância que pairam como uma ameaça sob todas e todos (BONFIM & MESQUITA, 2020).

Não somente professores que escolas estão despreparadas para tal acolhimento, como também os próprios alunos, o que em muitos casos leva a evasão escolar. Um

adolescente da pesquisa de Bonfim e Mesquita (2020) relatou nunca ter tido contato com um estudante transexual ou travesti. Mas, onde estão estes jovens?

O preconceito da sociedade torna tanto a busca pelo emprego quanto a oportunidade de entrar e permanecer na escola situações difíceis, pois “a maioria dos discursos produzidos na escola, por professoras/es, gestoras/es e estudantes colocam travestis e transexuais à margem da instituição, obrigando-as/os, muitas vezes, a abandonar a vida escolar e ainda levarem a culpa”. (LUMA, 2012 apud BONFIM & MESQUITA, 2020). Esse preconceito se perpetua de diversas formas no ambiente escolar, inclusive invisibilizando aquele como sujeito. Por vezes, essa inviabilização provoca ao sujeito perda de sua identidade social, ou seja, não sendo mais “fulano”, mas sim conhecido como o “viado da escola” (BONFIM & MESQUITA, 2020).

Isso destaca que embora a escola seja um meio que estudantes desejam aprender sobre educação sexual (RIZZON et al., 2020; FURLANETTO et al., 2019) e IST (RIZZON et al., 2020), escolas são homofóbicas, pois muitas delas apresentam atitudes preconceituosas como se recusarem de usar o nome social para se referir a aluna trans, fazer piadinhas com homossexuais, existirem proibição de alunas namoradas entrarem no banheiro juntas e repreenderem relacionamentos amorosos de alunos do mesmo sexo dentro ou nos arredores da escola quando uniformizados (MATTA et al., 2021).

O despreparo dos educadores se apresenta de diversas formas, levando aos alunos muitas vezes a pedirem pelo básico: o respeito (FURLANETTO et al., 2019), e isto pode levar a sensação de identificação e assemelhar com o que se vivencia no meio externo da escolar.

Mediante análise dos resultados foi evidente a restrição do ensino sobre sexualidade para com a disciplina de biologia, focando apenas na anatomia do corpo, reprodução, IST, métodos contraceptivos e preventivos (FURLANETTO et al., 2019), sendo esta voltada para uma questão machista e LGBTQIAfóbica, pois menciona apenas no sexo heteronormativo, sem falar que mulheres também podem sentir prazer (BONFIM & MESQUITA, 2020).

Portanto, as aulas de biologia, disciplina comumente responsável por fazer esse debate, reproduzem o viés biomédico que demarca os discursos de gênero e sexualidade. Assim, a educação sexual se resume em aprender sobre doenças e métodos contraceptivos, reforçando o caráter perigoso da sexualidade. Diante desta crítica faz-se

entender que o modelo educacional é limitado (BONFIM & MESQUITA, 2020) e não acolhe a possibilidade de múltiplas vivências de ensino-aprendizagem não formal.

Ademais, é fundamental frisar que a palavra diversidade abarca a possibilidades de diferentes condições, contextos e vivências. Sendo assim, inclui-se dizer que entre os achados científicos foi encontrado apenas um que discute a sexualidade do adolescente com Transtorno Espectro Autista (TEA), e que este considerou a participação autistas funcionais na comunicação oral. Assim, cabe ressaltar que para o sujeito com TEA a educação também se torna limitadora e para aqueles que o convivem torna-se desafiadora por não saber como manejar esta educação, e isso se fez recorrente na pesquisa de Brilhante e outros autores (2017).

Essa dificuldade é criada através de uma ilusão perceptiva errônea que os familiares, responsáveis e até a escola tem sobre as pessoas com autismo como sendo assexuados. Com isto, concluem que não é necessário educar sobre sexualidade, visto que não irão desenvolver desejo sexual. Evidencia-se isso através de relatos e questionamentos críticos sobre essa ilusão do senso comum na pesquisa de Brilhante e outros autores (2017): “não sou um anjo azul” e até mesmo a crítica da dificuldade das pessoas não respeitarem pessoas com TEA ter um relacionamento devido a ‘lenda da idade metal’ e tratam como brincadeira de criança.

É necessário reconhecer criticamente essa ideologia, de que o sujeito com autismo é inocente, como mito. Há um forte pensamento crítico acerca do senso comum generalizar os autistas com a ideia de que a idade cronológica não corresponde com a idade mental, pois, ao dizer ‘fulano tem a idade mental de uma criança de 5 anos’, “o que está implícito [...] é que essa pessoa precisa ser tutelada para sempre” (BRILHANTE et al., 2017).

Na contramão do que a sociedade pensa, é importante destacar que pessoas com autismo podem fazer parte da diversidade de orientação sexuais e identidade de gênero, como ser um adolescente não-binária e assexual heterorromântico (BRILHANTE et al., 2017). Isto pode ser explicado pelo fato de que

“o afastamento das regras sociais hegemônicas torna as pessoas autistas mais propensas a se perceberem com características não normativas de gênero do que neurotípicos: *se você parar pra refletir, essa divisão binária não faz sentido. É tudo construção. A gente pensa objetivo, então essas questões não pesam tanto pra gente*”. (BRILHANTE et al., 2017).

O mito da inocência do autista faz as pessoas se questionarem e não acreditarem, pois “existe uma resistência da sociedade em admitir diferentes formas de experiência relacional. Quando essa vivência se associa ao autismo, contudo, a desqualificação passa a ser justificada pela deficiência”, mas, é necessário entender que todo ser humano tem direitos à sexualidade e deve ser respeitado, independente de limitações cognitivas (BRILHANTE et al., 2017).

Para mais, é importante enfatizar as relevantes sugestões de mudança de metodologia de ensino sugeridas pelos estudantes, em que destaca um pedido de um ensino não mecânico onde só o professor fala e os alunos ouvem (FURLANETTO et al., 2019) e o acesso a preservativos na escola (PAIVA et al., 2020).

A VIOLÊNCIA SEXUAL E SUA CONEXÃO COM A EDUCAÇÃO SEXUAL

Dentre os achados científicos foi encontrado dois estudos que discutem sobre a violência sexual, tanto sobre a percepção de adolescentes sobre estupro de vulnerável quanto, o outro lado da moeda, o adolescente autor de violência sexual. Supreendentemente, tais pesquisas tiveram como autor principal o mesmo autor – apenas diferenciando o ano de publicação. Deste modo, é importante destacar primeiramente as percepções dos adolescentes sobre violência para que possamos compreender o pensamento do autor e da vítima de violência.

Um estudo de levantamento quanti-qualitativo aponta que adolescentes sabem que a violência sexual ocorre quando não há consentimento por um dos pares, entretanto, eles também têm a opinião de que mesmo com consentimento independentemente da idade dos envolvidos no ato sexual não se considera violência (COSTA et al., 2020), isto demonstra a falta de conhecimento sobre a lei de estupro de vulnerável.

Diante da concepção da capacidade de consentir e idade, estudo aponta que adolescentes relativizam a capacidade de discernir e compreender se estão correndo algum risco ao consentir o sexo, tanto em uma relação comum quanto em um relacionamento abusivo em que a garota aceita a ter a relação sexual por medo, e

manifestaram dúvida quanto a ser ou não violência quando a diferença de idade entre os parceiros é muito grande (COSTA et al., 2020).

Essa relação de idade, na visão dos adolescentes, pode estar relacionada com o fato de que quando ganhamos mais experiência de vida acabamos reconhecendo que poderia ter sido vítima em algumas situações, mas, apesar daqueles que tem isso em mente, alguns ainda consideram que menores de 14 anos se sentem capazes de decidir (COSTA et al., 2020).

Observa-se que na visão de adolescentes o estupro de homens causa estranheza e tem-se um discurso composto de misoginia e machismo, visto que consideram como um “sonho realizado” se um menino for obrigado a ter relações sexuais com uma mulher e associam apenas as mulheres como vulneráveis à violência sexual, e também consideram que homens são vítimas de violência sexual apenas quando é praticada por outro homem (COSTA et al., 2020).

Diante disso, nota-se que a masculinidade tóxica pode gerar riscos ao bem-estar do homem, visto que sujeitos vítimas de abuso podem apresentar compulsividade, acting-out sexual, confusão de identidade de gênero e sexual, confusão em relacionamentos, tentativas inadequadas de reafirmar a masculinidade e/ou recapitulação da experiência abusiva assumindo o papel de abusador (OLIVEIRA, 2010), deixando-os assim vulneráveis a tais efeitos por acreditarem que homens/meninos não sofrem abuso.

Diante da visão de que apenas mulheres são vulneráveis e vítimas de violência sexual, estudo identificou, mediante a opinião dos adolescentes de ensino médio entrevistados, que também “são responsabilizadas pela própria condição de vítimas, pois se considera que elas sabem o que estão fazendo” (COSTA et al., 2020).

A pesquisa de Costa e outros autores (2020) evidencia que adolescentes desconhecem a lei que tipifica o estupro de vulnerável e a atuação do Conselho Tutelar diante da situação, além de muitos ficarem surpresos sobre atos libidinosos que são incluídos na definição de violência sexual e questionam o poder do Estado de regular sua sexualidade. Frente a este questionamento sobre a função do Estado, para os adolescentes deste estudo, a intervenção da Lei e do Estado nos problemas que envolvem a atividade sexual de adolescentes é indevida, em razão de que não dizem

respeito ao Estado, apenas a família é quem tem o direito e o dever de resolver-se nessas questões, e somente nos casos em que a família não é capaz, o Estado deve intervir. Este estudo ainda afirma que, de acordo com a opinião dos adolescentes, só é necessária a notificação de casos de violência se um sujeito menor de 14 anos for vítima de um adulto, já se o parceiro for adolescente não precisa notificar seja eles casos suspeitos ou confirmados.

Diante destes dados, observa-se que existe uma desconexão entre a educação sexual de qualidade e os direitos sexuais de adolescentes – que na prática, apesar de deverem estar, não estão conectadas, isto é; ao se educar sobre sexualidade pouco é falado sobre os direitos sexuais e as leis que protegem as pessoas, seja ela sobre aborto, aliciamento de menor, a pornografia de vingança ou até mesmo sobre conduta ética de médicos ginecológicos em consultas. E essa desconexão da educação e do direito, advinda tanto da escola quanto da família, pode levar a uma conexão com a violência sexual e gerar maior vulnerabilidade e comportamento de risco sexual.

Essa relação da falta de conhecimento sobre as leis também recai sobre aquele que é menor e autor de violência. Exemplo disso é o achado científico sobre transmissão geracional familiar com autores de violência sexual adolescentes (COSTA et al., 2017) que apura interessantes dados que correlacionam com o presente tópico.

Na percepção das autoras, a pobreza das relações afetivas e a falta do projeto parental é a maior causa dos comportamentos agressivos dos adolescentes, visto que a presença de “figura masculina que poderia ter uma função de autoridade em suas vidas, aspecto preponderante na configuração familiar de sujeitos com essa idade e, em particular, de adolescentes com condutas sexuais agressivas” e que gera “processos de identificação a respeito da sua condição masculina” não existe para os sujeitos estudados, além de não existir um “um investimento afetivo emocional por parte do pai ou da mãe e sem a delegação de um papel específico e um lugar na família que facilitem o processo de identificação” (COSTA et al., 2017).

Estes adolescentes autores de violência são colocados como negligenciados por não receberem cuidados durante a infância e passarem por parte de suas vidas de casa em casa, “convivendo com outras pessoas que não assumiam seus cuidados de forma permanente”, podendo assim ao longo do tempo não ter desenvolvido a sensação de

pertencimento e poder ter levado a confusão mental “sobre quem é, de fato, responsável por ele” (COSTA et al., 2017), considerando-se fator de risco.

Deste modo, compreende-se todo o contexto como uma polivitimização, isto é, “o acúmulo de vitimizações que se repetem ao longo de etapa de desenvolvimento na infância, tais como abuso físico, abuso emocional, exposição à violência doméstica”, concluindo-se assim que tal contexto de violência é composta por “uma criança vitimizada por um adolescente vitimizado também, pertencentes a famílias com membros vitimizados, constituindo-se em um padrão transgeracional de múltiplas vitimizações” (COSTA et al., 2017).

Entretanto, como já mencionado, o uso da pornografia pode ser disfuncional para o desenvolvimento do adolescente, considerando que há categorias em sites que representa o sexo violento como "Sexo Brutal", segundo Bispo (2017), em que apresenta puxões de cabelo, simulação de enforcamentos, tapas, amarrações e até mesmo encenações do ato de estupro. Neste estudo a pesquisadora relata, descreve e discute vídeos disponibilizados nessa categoria, ficando claro para a mesma o estímulo ao sexo não consensual, violento e a pedofilia. Considerando tal evidencia, compreende-se que a pornografia naturaliza o estupro, a violência e não serve como referência educacional sobre sexo. Pois, esta indústria dissemina padrões que pode oferecer influencia e riscos sobre adolescentes "em suas concepções sobre si mesmo, sobre o outro e sobre o mundo" (BISPO, 2017).

Sendo assim, observa-se lacuna neste estudo devido a uma ausência de investigação por parte dos autores se a execução das violências sexuais tem relação com a ausência da educação sexual e com o consumo de pornografia, sabendo-se que a pornografia se beneficia de estupro coletivo e infantil - ao quais foram as infrações cometidas pelos 4 adolescentes que participaram da pesquisa. Visto que não existe fator de causa e efeito quando se trata de consequências a longo prazo na vida de adolescentes que sofrem por negligências ou ausência de afeto, assim o estudo deveria mostrar mais de uma realidade ao se tratar de transmissão geracional familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da presente pesquisa evidenciam que existe uma forte implicação sociocultural no adquirir de conhecimento de adolescentes sobre sexualidade, visto que são prejudicados pela barreira comunicacional infrafamiliar, provocado pela intergeracionalidade. Além de serem estimulados, devido à pressão do grupo de pertença, a prática sexo precocemente. Sendo possível identificar que tais obstáculos culturais, causados por tabus, podem afetar a vida sexual dos jovens, os deixando vulneráveis a comportamentos de risco.

Apurou-se ainda que, mesmo que na visão dos mais velhos os jovens sejam “modernos” e que atualmente exista mais representatividade na mídia do que no passado, a geração atual possui comportamentos de discriminação reproduzindo pensamentos retrógrados e errôneos, seja sexista, machista ou homofóbica. Tais comportamentos conduz a uma “manutenção” do preconceito, ou seja, substituir típicas frases do passado por outras sem fugir da mesma linha de preconceito, não deixando de ser sinônimo do mesmo.

Além disso, os resultados evidenciam que o sistema educacional e os pais são, na maioria das vezes, despreparados para educar sobre sexualidade e acolher a diversidade sexual, tanto para o acolhimento e educação de alunos e filhos quanto para os educadores da comunidade LGBTQIA+.

Sendo assim, notou-se uma necessidade de mudança no modelo educacional e implementação de intervenções com adultos – que não necessariamente seja promovido pelo contexto educacional, principalmente que são pais, afim de possibilitar múltiplas vivências de ensino-aprendizagem não formal sobre sexualidade, de modo não mecânico onde apenas um sujeito fala e outros escutam.

Identificou-se que, além da psicologia e a área da saúde íntima (ginecologia, sexologia e afins), o direito e a educação devem ‘andar juntas’. Pois, mediante os resultados foi possível identificar que adolescentes pouco conhecem sobre leis e direitos sexuais. Levando a considerar ainda que a violência sexual pode estar conectada com a ausência da qualidade da educação sexual, porquê se ao ensinar sobre sexualidade e não ensinar sobre direitos de ‘nada vale’, pois pode gerar maior vulnerabilidade emocional e comportamento de risco sexual.

Por fim, conclui-se que há benefícios psicossociais da educação sexual na adolescência, uma vez que evita evasão escolar, produz conhecimento e reduz riscos à sua saúde mental. Com isto, sugere-se a realização de pesquisas voltadas para a investigação do conhecimento de adultos que são sobre prevenção, diversidade e direitos sexuais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, P.S.P.D.; BARROS, K.R.D.S.; SANTOS, J. P. D.; NASCIMENTO, E. F. D.; BACELAR, P.A.A. (2021). Conhecimento de adolescentes e jovens sobre questões relacionadas ao sexo, em uma escola pública de Monte Alegre do Piauí-PI. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, 14(2), 1-23. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202021000200006> .Acesso em: 2 de maio de 2022.

BARBOSA, L. U. Percepção de adolescentes sobre sexualidade e saúde reprodutiva: a escola como espaço de educação sexual. *Cultura de los Cuidados*; 3º Cuatrimestre 2019. Año XXIII. n° 55, 2019.

BISPO, L. P. **Pornô online: o espaço na educação sexual e identidade de adolescentes**. Monografia; Universidade Federal do Rio de Janeiro, curso em Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: < https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/63900109/Final20200712-6310-oup73k-with-coverpagev2.pdf?Expires=1658598477&Signature=AdGGGJgoeyfa1exueqFO1pQv4y0ia1CAzoVR6s3T~MX~dSb7xF4iTFjUwiscM595Ffv8AsaThMkKhhcGfhFO6ASRJ9E02YDjKx3mujQo4RFbXmBAazf6Ys6tE85iLICAFsq51KDqsqMFoTG8sAl9xdoEK9zNTPHf0duKn7MhiAYeQx89iUqRnANTNvXAGcOq1y6wuXNIKJVgu4K8984zcNDdIE m8rlczGWudIGwbGvbbWX2NrsfOsI47nb819gqC~bEaUC662qMzlYorPBdmhs7cZVXXSHFr2Fd89nGoSmqwx2zWQReGwcN7ytWNeAq2LXapV~mJVzPOgImXVOg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA> . Acesso em: 5 de julho de 2022.

BONFIM, J.; MESQUITA, M.R. “NUNCA FALARAM DISSO NA ESCOLA...”: um debate com jovens sobre gênero e diversidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/psoc/a/V3HY8znBRsnFzhghQGWK9jh/abstract/?lang=pt>> . Acesso em: 2 de maio de 2022.

BRILHANTE, A.V.M.; FILGUEIRA, L.M.D.A.; LOPES, S.V.M.U.; VILAR, N. B. S., NÓBREGA, L. R. M.; POUCHAIN, A. J. M. V.; SUCUPIRA, L.C.G. “Eu não sou um anjo azul”: a sexualidade na perspectiva de adolescentes autistas. *Ciência & Saúde*

Coletiva, 26, 417-423. 2021. Disponível em: <
<https://www.scielo.org/article/csc/2021.v26n2/417-423/>>. Acesso em: 5 de maio de
2022.

CAMPOS, H. M.; PAIVA, C. G. A.; MOURTHÉ, I. C.A.; FERREIRA, Y.F.; ASSIS,
M.C.D.; FONSECA, M.D. C. Diálogos com adolescentes sobre direitos sexuais na
escola pública: intervenções educativas emancipatórias!. **Revista Pesquisas e Práticas
Psicossociais**, 13(3), 1-16. 2018. Disponível em:
http://seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/3107 Acesso em: 2 de maio de
2022.

CORREIA, M. R. F. **Relações amorosas e íntimas em adolescentes e adultos com
perturbação do espectro do autismo** (Master's thesis). Lisboa; Universidade Lusófona
de Humanidades e Tecnologias: Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da
Saúde, 2021. Disponível em:
<https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/12790/1/VF_CORREIA_MARIANA_MPCS_2021_1DE1.pdf> Acesso em: 5 de julho de 2022.

COSTA, L.F.; PENSO, M.A.; CONCEIÇÃO, M.I.G.; CARRETEIRO, T.C.O.C.
Transmissão geracional familiar em adolescentes que cometeram ofensa
sexual. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37, 995-1010; 2017. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/BPbM6BhvCPgfpPWXbgFqL3h/abstract/?lang=pt> Acesso
em: 2 de maio de 2022.

COSTA, S. F. D., TAQUETTE, S. R., MORAES, C. L. D., SOUZA, L. M. B. D. M.;
MOURA, M. P. D. Contradições acerca da violência sexual na percepção de
adolescentes e sua desconexão da lei que tipifica o “estupro de vulnerável”. **Cadernos
de Saúde Pública**, 36. 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/SS7jVrL57qXcsFQSWPxN4mb/abstract/?lang=pt>
Acesso em: 2 de maio de 2022.

FERRAZ, L.; PERREIRA, R.PG.; PERREIRA, A.M.R.C. Tradução do Conhecimento e
os desafios contemporâneos na área da saúde: uma revisão de escopo. **Saúde Debate**, v.
43, p. 200-216, 2019.

FURLANETTO, M.F.; MARIN, A.H.; GONÇALVES, T.R. Acesso e qualidade da
informação recebida sobre sexo e sexualidade na perspectiva adolescente. **Estudos e
pesquisas em Psicologia**, v. 19, n. 3, p. 644-664, 2019. Disponível em: <
<https://www.redalyc.org/journal/4518/451862313006/451862313006.pdf>> .Acesso em:
5 de maio de 2022.

GALON, T.; MARZIALE, M.H.P. Condições de trabalho e saúde de catadores de materiais recicláveis na América Latina: uma revisão de escopo. In: PERREIRA, B.C. J., GOES, F.L. (org.). **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2016. 169-199.

LINS, L.S.; SILVA, L. A. M.; SANTOS, R. G., MORAIS, T. B. D.; BELTRÃO, T. A.; CASTRO, J. F.L. Análise do comportamento sexual de adolescentes. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, v.30, n.1, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/5760>>. Acesso em: 2 de maio de 2022.

MATTA, T. F.; TAQUETTE, S. R.; SOUZA, L.M.B.D.M.; MORAES, C. L. D. Diversidade sexual na escola: estudo qualitativo com estudantes do Ensino Médio do Município do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, 37. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/DtFf3qtxMDdtkQnRvfSq4D/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 de maio de 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Cuidando de adolescentes**: Orientações Básicas para a Saúde Sexual e a Saúde Reprodutiva. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília, DF; 2015.

OLIVEIRA, M.P.C. **Abuso sexual de meninos: estudos das consequências psicosssexuais na adolescência**. Tese de Doutorado; Universidade de Medicina de São Paulo, do curso de Ciências. 2010. Disponível em:<<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5160/tde28042010165216/publico/MeryPCOliveira.pdf>> Acesso: 22 de julho de 2022.

PAIVA, V.; ANTUNES, M. C.; SANCHEZ, M. N. O direito à prevenção da Aids em tempos de retrocesso: religiosidade e sexualidade na escola. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, 24. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/SbJ4wW39xzdCHT5gnDnwxCg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 de maio de 2022.

RIZZON, B.B.; SOUZA, V.B.D.; MADEIRA, K., MACHADO, L. V.; MAGALHÃES, M. Comportamento de risco para infecções sexualmente transmissíveis em estudantes do ensino médio. **Femina**. vol, 49, 52-57. 2021. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2021/02/1146936/femina_2020_491_p52-57-comportamento-de-risco-para-infeccoes-s_WkOTmpm.pdf. Acesso em: 2 de maio de 2022.

ROCHA, R. D. L. M., PEDRINHA, R. D.; OLIVEIRA, M. H. B. D. (2020). O tratamento da pornografia de vingança pelo ordenamento jurídico brasileiro. **Saúde em Debate**, 2019, 43, 178-189. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/sdeb/2019.v43nspe4/178-189/#>> Acesso em: 5 de julho de 2022.

SAVEGNAGO, S.D.O.; ARPINI, D.M. Olhares de mães de grupos populares sobre a educação sexual de filhos adolescentes. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, 18(1), 8-29. 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4518/451858897002/451858897002.pdf> .Acesso em: 2 de maio de 2022.